



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	11. SET. 1979	DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Uma Primeiro-Ministro que “não é bruxa”

A “credibilidade do País” no exterior preocupa seriamente Lurdes Pintassilgo

“Apresentar trabalho” aos portugueses foi a grande preocupação da Primeira-Ministro, Lurdes Pintassilgo, quando ontem recebeu durante largos minutos em sua “casa” as câmaras da RTP, “guiadas” por um locutor “simpático”. Daí que não se tivesse tratado de um “frente a frente” entre Lurdes Pintassilgo e os portugueses — contrariamente ao que pressupunha a colocação dos intervenientes, assemelhando-se muito mais a “dueto” com os “músicos” muito afinadinhos a “tocar” um diálogo longamente estudado.

Quando se esperava que a entrevista começasse pelo mais importante — o aumento dos preços e a sua necessária explicação — falou-se da “construção da imagem” da Primeira-Ministro, através de sucessivas entrevistas a jornais estrangeiros numa campanha considerada por Lurdes Pintassilgo como uma “acção diplomática” tendente a aumentar a “credibilidade do País”. Ficou-se a saber que a citada campanha de “construção de imagem” culminará em Nova Iorque, nas Nações Unidas, quando ali for Lurdes Pintassilgo.

Antes que se falasse dos

aumentos, ainda os interlocutores questionaram acerca da “descentralização”, da agenda de trabalho semanal da Primeira-Ministro e do “isolamento do Governo”, altura em que Lurdes Pintassilgo proferiu um outro “grande Mot”: “Não estou isolada. Estou apoiada onde estão os problemas reais: na população”.

Por fim, discutindo já surgiu o tema-rei, os graves aumentos de preços que, segundo frisou a Primeira-Ministro, a trouxeram angustiada durante dias e obrigaram os ministros a um trabalho desgastante na procura de “soluções que minorassem” os seus efeitos. Conforme precisou, foi até preciso reunir três Conselhos de Ministros, sendo certo que à terceira vez saíram os aumentos e a promessa (vá lá, vá lá...) de que as necessárias medidas sociais compensatórias seriam estudadas.

“O País não tem recursos para compensar totalmente estes aumentos. Detém apenas os mecanismos necessários para minorar os seus efeitos junto das pessoas com poucas posses” — venceu Lurdes Pintassilgo, que revelou, depois, o resultado de



M. L. PINTASSILGO: “Não estou isolada”...

Sorria... se for capaz

Numa situação que é da “corda” (em linguagem académica), Pintassilgo “salta à balsa”; sem ser bruxa, mas tristemente, com bastante ridículo!...

um interessante estudo ministerial que todos gostaríamos de ver publicado com toda a minúcia: o Governo analisou a definição de uma “dieta mínima” e chegou à conclusão de que a sua aplicação leva ao dispêndio mensal de 1650\$00”. Daí que Lurdes Pintassilgo esteja certa de que “a maioria da população pode aguentar a sobrecarga dos últimos aumentos com o sinal da austeridade que nos vem caracterizando”, e se mostre grandemente preocupada com a sobrevivência de reformados e idosos.

Justificando esquematicamente os aumentos, Lurdes Pintassilgo referiu-se à necessidade de repor o equilíbrio económico e financeiro das empresas — ressaltando que elas devem beneficiar a todos e não só aos que nelas trabalham — necessidade de uma total remodelação visando uma mais eficácia — e à situação internacional, consequentemente ao agravamento do preço do petróleo. A Primeira-Ministro rebateu qualquer ligação entre os aumentos de preços e a chegada ao nosso País — aconteceu ontem — de uma delegação do FMI, que vai analisar a nossa situação económica e financeira à luz do acordo assinado no ano passado pelo Governo de Mário Soares.

Optimizar os recursos internos e externos que o País detém é um dos critérios da acção de Lurdes Pintassilgo conforme anunciou, explicando que um dos seus ministros está a fazer uma lista dos empréstimos estrangeiros a baixo juro que nos foram concedidos e que não utilizámos até ao momento. Outros critérios anunciados foram o de estimular a produção agrícola, reorganizar a máquina administrativa e tomar decisões fora do prazo de vigência provável do seu Governo, desde que se trate de questões de cariz urgente. Quanto ao futuro, a primeira-Ministro foi categórica: “Não sou bruxa”.